



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

RAYSSA PAVLOVNA SILVA BARROS

**EDUCANDO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO: OBSERVANDO
EXPERIÊNCIAS, REFLETINDO AS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**CAMPINA GRANDE - PB
AGOSTO/2018**

RAYSSA PAVLOVNA SILVA BARROS

**EDUCANDO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO: OBSERVANDO
EXPERIÊNCIAS, REFLETINDO AS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno

**CAMPINA GRANDE - PB
AGOSTO/2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B277e Barros, Rayssa Pavlovna Silva.
Educando para a igualdade de gênero [manuscrito] :
observando experiências refletindo as práticas na educação
infantil / Rayssa Pavlovna Silva Barros. - 2018.
39 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno ,
Departamento de Educação - CEDUC."
1. Relação de gênero. 2. Prática docente. 3. Educação
infantil. I. Título

21. ed. CDD 372.21

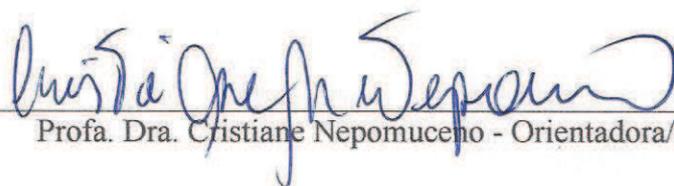
RAYSSA PAVLOVNA SILVA BARROS

**EDUCANDO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO: OBSERVANDO
EXPERIÊNCIAS, REFLETINDO AS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

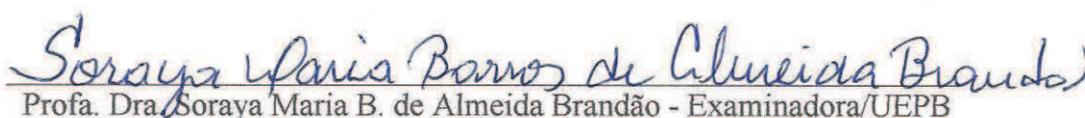
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 00/08/2018

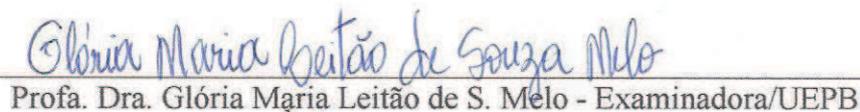
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Cristiane Nepomuceno - Orientadora/UEPB



Prof.ª. Dra. Soraya Maria B. de Almeida Brandão - Examinadora/UEPB



Prof.ª. Dra. Glória Maria Leitão de S. Melo - Examinadora/UEPB

À minha sobrinha Bárbara, assim como a cada criança que minha profissão alcançar, e ao meu melhor, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus, essa força que me conduz à realizar meus sonhos e objetivos na vida.

À minha mãe, por ser minha principal incentivadora para que eu pudesse concluir meu curso e ser uma inspiração de grande profissional, que luta sempre por justiça e pelo melhor dos que mais precisam.

Ao meu pai, por me apoiar sempre e por ser esse exemplo de ser humano, com sua honestidade e bondade.

À minha família, por toda base, estrutura e suporte em minhas escolhas.

Aos meus amigos e às minhas amigas, aqui representados (as) por Hertton, Júnior, Kayo, Liu e Vanessa, pelo cuidado, pela ajuda, pela parceria e pelo afeto.

À Universidade Estadual da Paraíba, esta instituição que me proporcionou uma soma de oportunidades e aprendizados.

A palavra mestre nunca fará justiça ao quadro de docentes que tive o prazer de conviver e aprender, terão os meus sinceros agradecimentos.

À minha orientadora Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno, pela orientação, pelo exemplo, e por cada aula ministrada, que me serviram de suporte profissional e pessoal.

À Profa. Dra. Soraya Maria B. de Almeida Brandão e a Profa. Dra. Glória Maria Leitão de S. Melo, por aceitarem examinar e avaliar este trabalho.

Às minhas companheiras do Curso de Licenciatura em Pedagogia: Edinete, Jussara, Karine, Kelma e Pascaly, que foram essenciais no meu desenvolvimento acadêmico, por toda amizade, cumplicidade e parceria nos desafios enfrentados ao longo do curso. Minha eterna gratidão se estende às (aos) demais colegas de turma.

À Aluska, Roseli e Vandérli, obrigada por sempre acreditarem no meu trabalho e me incentivarem a fazer sempre o meu melhor, assim como às minhas parceiras de profissão, em especial, Cristilene, por me fazer querer ser sempre uma pessoa e uma profissional melhor.

Às pessoas que direta e indiretamente me trouxeram até aqui, que fizeram parte da minha formação, meu mais sincero agradecimento.

“O contrário da igualdade não é a diferença. O contrário da igualdade é a desigualdade. Uma diferença pode ser culturalmente enriquecedora, ao passo que uma desigualdade pode ser um crime.”

BENEVIDES (2012)

RESUMO

O presente trabalho apresenta como se dão às relações de gênero na prática educativa, em especial, na Educação Infantil, onde todas as relações pessoais e sociais estão em processo inicial, e identificar suposições e conceitos associados a relações de gênero e seu tratamento na prática educativa escolar, na instituição pública, e na privada, em caráter comparativo; Perceber a postura do (a) professor (a) diante de questões relacionadas às relações de gênero entre as crianças das turmas observadas; Discutir questões relacionadas à discriminação e preconceito, igualdade de gênero e padrões de comportamento nas escolas. A relevância do estudo está em focar a importância de se trabalhar a igualdade de gênero na Educação Infantil. Observou-se as práticas educativas em duas instituições, durante o período de dez dias, em horários diferentes e datas diferentes, em turmas do “Infantil V”, na escola privada e “Pré-II”, na escola pública. Buscou-se respaldo em bases teóricas, dentre estas, Auad (2012), Campos (2009) e Louro (1997). Documentos como: (ECA) - Lei 8.069/90, RCNEI (1998). O corpus da pesquisa revela que, ao comparar as duas realidades, entendemos que a regra continua delimitando os espaços de meninos e meninas dentro e fora da escola. Educação Infantil é um campo bastante significativo para estudos referentes ao gênero, pois ela consiste em um dos meios de introdução de meninos e meninas no mundo social, no qual a diversidade seja de cultura, classe ou gênero, está presente. Nesse viés, o posicionamento adotado pelas professoras de ambas as instituições é de silenciamento e de compactuação, perpetuando essa diferenciação entre ambos os gêneros. Conclui-se que a discussão sobre a educação não sexista a partir da prática docente, demandará muitas outras considerações além das aqui apontadas. Entretanto, consideramos de suma importância dar visibilidade a este processo lento, porém desafiador que se estabelece no cenário educativo atual.

Palavras-chave: Relações de gênero. Prática docente. Educação Infantil.

ABSTRACT

The present work presents how gender relations in educational practice, especially in Infant Education, where all personal and social relationships are in the initial process, and identify assumptions and concepts associated to gender relations and their treatment in educational practice school, in the public institution, and in the private, in a comparative character; To understand the teacher's position regarding issues related to gender relations among the children in the classes observed; Discuss issues related to discrimination and prejudice, gender equality and behavioral patterns in schools. The relevance of the study is to focus on the importance of working gender equality in Early Childhood Education. Educational practices were observed in two institutions, during the ten-day period, at different times and different dates, in "Infantil V" classes, in the private school and "Pre-II", in the public school. We sought theoretical support, among them Auad (2012), Campos (2009) and Louro (1997). Documents such as: (ECA) - Law 8.069 / 90, RCNEI (1998). The corpus of the research reveals that, in comparing the two realities, we understand that the rule continues to delimit the spaces of boys and girls inside and outside the school. Infantile Education is a very significant field for studies referring to gender, since it consists of one of the means of introducing boys and girls in the social world, in which the diversity is of culture, class or gender, is present. In this bias, the position adopted by the teachers of both institutions is to silence and compose, perpetuating this differentiation between both genders. It is concluded that the discussion about non-sexist education from the teaching practice will require many other considerations than those pointed out here. However, we consider it extremely important to give visibility to this slow but challenging process that is established in the current educational scenario.

Keywords: Gender relations. Teaching practice. Child education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2 - PARA EDUCAR MENINOS E MENINAS: AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A ESCOLA	12
2.1 - Sobre a diversidade de gênero na escola	15
3 - EDUCANDO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO: OBSERVANDO EXPERIÊNCIAS, REFLETINDO AS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
3.1 - Apresentação dos resultados	20
3.2 - Sobre o observado: percepções e constatações	23
3.2.1 - Sobre o observado na escola privada e na escola pública	23
3.2.2 - O que concluir sobre o observado	32
4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA CONCLUIR A DISCUSSÃO	35
5. REFERÊNCIAS.....	37

1. INTRODUÇÃO

A escola, na sua função social, se caracteriza como um ambiente de democracia, voltado para oportunizar a discussão de questões sociais possibilitando o desenvolvimento do pensamento crítico do ser humano. Para isso, faz-se necessário que o(a) professor(a) traga informações e contextualize-as dentro da realidade de cada criança com a qual trabalha, procurando contribuir, oferecer caminhos para que o(a) educando(a) adquira mais conhecimentos e se desenvolva de forma integral.

Assim, como um ambiente democrático, a escola é também um ambiente promotor de sociabilidades que, por sua vez, ressoarão nas demais instâncias sociais. Portanto, partindo da constatação que a sociedade vive em constante processo de mudança, torna-se a escola fruto e também construtora das novas realidades. Em outras palavras, as mudanças “de fora” alcançarão a escola e precisarão ser tratadas (a partir da promoção de debates, formação continuada e revisão a sua estrutura curricular e organizacional) e incorporadas – de tal forma, posteriormente formando sujeitos orientados para viver nessa nova realidade.

Dentre as mudanças na sociedade, que repercutem na escola está a discussão sobre as relações de gênero. Independente do conflituoso cenário de opiniões favoráveis ou desfavoráveis, o estudo é relevante porque debater sobre as relações de gênero na escola ajuda a desmascarar diferenças e preconceitos existentes no ambiente escolar, muitas vezes tidos como “normais”, naturalizados.

A educação para a igualdade de gênero é esclarecedora, possibilita desmistificar e desconstruir concepções e comportamentos abusivos e negadores de direitos culturalmente tidos como aceitáveis, padrões. Sobre isso, Daniela Auad (2012, p. 19), enfatiza que:

Quando começamos a considerar as relações de gênero como socialmente construídas, percebemos que uma série de características consideradas “naturalmente” femininas ou masculinas corresponde às relações de poder. Essas relações vão ganhando a feição de “naturais” de tanto serem praticadas, contadas repetidas e recontadas. Tais características são, na verdade, construídas, ao longo dos anos e dos séculos, segundo o modo como as relações entre o feminino e o masculino foram se engendrando socialmente. (AUAD, 2012, p. 19).

Podemos ressaltar que, as relações de gênero estabelecidas na escola “são uma máquina de reproduzir desigualdades” (AUAD, 2009, p. 19). Não só reproduzem como

alimentam as relações na sociedade como um todo, são centradas em visões e ações equivocadas sobre meninas/mulheres e meninos/homens, produtoras de desigualdades, mas consideradas normais - o que dificulta a superação de real situação.

Nesta perspectiva, este estudo busca compreender de que forma os(as) professores(as) têm contribuído para a desmistificação de diferenças socialmente construídas, em especial no que diz respeito as relações de gênero na Educação Infantil. A escolha do objeto de estudo se deu por considerarmos importante aprofundar a discussão de modo a promover reflexão relativa aos conteúdos trabalhados, as metodologias e as práticas no sentido de contribuir para reflexões pertinentes em relação a necessidade ou não de reformulá-los. Acreditamos que apenas as práticas educativas e metodológicas livres de atitudes e pensamentos preconceituosos poderá tornar a escola uma instituição importantíssima na compreensão das relações de gênero na sociedade.

Esta compreensão foi sendo consolidada durante o componente curricular, Diversidade, Inclusão Social e Educação, ministrada pela professora Cristiane Nepomuceno. Cada texto lido, cada discussão e análise realizada despertava inquietação e interesse. Assim, optei por falar das relações de gênero, visto ser esta uma questão atual e importante na discussão sobre as práticas escolares para a construção de uma sociedade menos desigual e mais democrática. Vale ressaltar que, utilizamos no estudo aqui proposto, parte do referencial teórico trabalhado nos estudos acadêmicos.

Desta forma, investigamos as práticas educativas em duas escolas: Uma da Rede Particular de Ensino, situada no Bairro da Liberdade – CG, e outra da Rede Pública de Ensino, situada no Bairro do Jeremias – CG, sendo as duas localizadas no estado da Paraíba, com turmas de Pré-II, da instituição pública, com vinte e oito crianças, sendo dezesseis meninos e doze meninas, na faixa etária de cinco anos de idade, como também, com turma do Infantil V, da instituição privada, com vinte e três crianças, sendo doze meninas e onze meninos, com a faixa etária entre cinco e seis anos de idade, durante duas semanas, no período da manhã, na instituição pública e no período da tarde, na instituição privada.

E, para alcançarmos e respondermos nosso problema, elencamos outros objetivos fundamentais para obtenção das respostas buscadas: identificar suposições e conceitos associados a relações de gênero e seu tratamento na prática educativa escolar, tanto na instituição pública, quanto na privada, em caráter comparativo; perceber a postura do(a) professor(a) diante de questões relacionadas às relações de gênero entre as crianças das

turmas observadas; discutir questões relacionadas à discriminação e preconceito, igualdade de gênero e padrões de comportamento na escola.

Foi orientada por esta compreensão que realizamos esse trabalho, no intuito de aprofundar o conhecimento, porém não deixando de lado o que essa realidade particular apenas nos guia para compreender a realidade total.

Portanto, a escolha desse objeto de estudo se deu a partir da inquietação despertada com os estudos que contrariavam a prática/realidade, despertando um interesse que foi ganhando força para realizar o presente trabalho. Reafirmar que a opção por falar das relações de gênero é por perceber sua importância para reformulação das práticas escolares, para a construção de uma sociedade menos desigual e mais democrática.

Nesta perspectiva, o presente trabalho busca aprofundar a questão, buscando-se contribuir com reflexões pertinentes em relação às práticas educativas e metodológicas referentes à formação de uma educação livre de atitudes e pensamentos preconceituosos, que possam limitar o desenvolvimento social e cognitivo da criança, desde seus primeiros anos de vida, visto que, a escola é uma instituição importantíssima na compreensão das relações de gênero na sociedade.

Diante do exposto, pontuamos o nosso estudo como relevante, visando o estudo crítico acerca da necessidade de um modelo educacional sem imposições e rotulações, que objetive uma educação libertária. Onde iniciamos com Discussão sobre o conceito de gênero e como acontecem as relações de gênero no âmbito escolar.

No segundo momento, discussão sobre a diversidade de gênero na Educação Infantil, de acordo com as orientações teóricas, diretrizes e documentos. O terceiro a apresentação do percurso metodológico: procedimento utilizado, análise de práticas educativas, apresentação e discussão de resultados através da observação nas instituições escolares pública e privada;

Finalizamos com as nossas considerações finais acerca do estudo realizado, sugerindo subsídios para um futuro debate, junto a docentes que atuam na Educação Infantil, acerca de espaços que devem oferecer as práticas pedagógicas neste nível da educação, uma melhoria em suas práticas educativas, buscando superar possíveis obstáculos nessa trajetória educativa, mas que é de grande importância para o desenvolvimento de crianças na Educação Infantil.

2 - PARA EDUCAR MENINOS E MENINAS: AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A ESCOLA

O conceito de gênero começou a ser abordado na sociedade a partir do movimento feminista no século XIX. Ao longo da história as mulheres, a partir das diferenças sexuais (características biológicas) foram colocadas na condição de inferioridade, resultando em práticas de opressão. A luta das mulheres pelo reconhecimento da sua condição de igual começa com a rejeição dos lugares de submissão ao qual haviam sido culturalmente elaboradas. Necessário se fez combater os discursos e as práticas de dominação masculinas socialmente naturalizadas e politicamente referendadas.

As questões de gênero estão relacionadas à forma como as pessoas vivenciam os diferentes papéis sociais, que repercutem nos comportamentos relacionados aos homens e às mulheres, estabelecendo padrões fixos daquilo que é “próprio” para o feminino bem como para o masculino, como se as regras que muitas vezes reproduzimos, fossem tidas como um comportamento natural do ser humano. E esta compreensão geralmente são reproduzidas de forma bastante significativa na escola. Para a pesquisadora Kátia Benevides Campos, o gênero é definido na sua relação na sociedade:

A concepção de gênero como construção social considera o caráter relacional do feminino e masculino, porque leva em consideração o outro no sentido de compreender que nenhuma identidade é absoluta. A identidade se constrói na relação com o outro, através de um processo de significação, fundada socialmente por relações de poder. Assim, o gênero constrói e é construído a partir de práticas culturais entre homens e mulheres em que estão imbricadas relações sociais, políticas e de poder, que é exercido sob diversas formas, a partir de significações construídas em torno das diferenças entre os sexos (CAMPOS, 2009, p. 27). (Grifo nosso).

A princípio os aspectos que conceitualmente denominamos como representação de gênero foram compreensões, ideias e valores elaborados por cada sociedade sobre o que é ser menino/homem ou menina/mulher, a partir das vivências, relações sociais e das diferenças corporais e sexuais. Razão pela qual nas sociedades do passado as funções e os papéis sociais atribuídos aos meninos/homens e as meninas/mulheres foram orientados pelo uso da força para um e pela capacidade de cuidar para o outro. Com as mudanças que o

processo de desenvolvimento histórico e sociocultural provocaram as funções e os papéis sociais atribuídos no passado não servem mais para o tempo de hoje. Assim, em se tratando de um modelo de sociedade onde o conhecimento e a tecnologia, são a base a escola assume um valioso papel: formar pessoas para viver numa sociedade onde todos(as) possam ser reconhecidos como iguais. Portanto, na escola não se pode mais orientar as ações e práticas pedagógicas numa perspectiva sexista, alimentando a construção da identidade das crianças a partir de reprodução de conceitos e valores promotores de concepções equivocadas do que é ser menino/homem ou menina/mulher.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização (LOURO, 1997, p. 57).

O ideal seria que no ambiente escolar fossem discutidas as questões relativas à igualdade de gênero mostrando-o como resultado social das relações entre as pessoas de distintos sexos, portanto o gênero é um conceito distinto do conceito biológico do sexo e que, por sua vez, também não está diretamente relacionado à sexualidade. Assim, reafirmar que a escola tem um papel fundamental na desmistificação destas diferenças. Além de ser um importante canal na construção de valores e atitudes, que permitam um olhar mais crítico e reflexivo sobre as identidades de gênero, ao invés de ser um lugar de práticas de desigualdades e de produção de preconceitos e discriminações.

Na compreensão de Luciana Calissi (2010), a escola é uma das principais responsável pela eficácia das estratégias que para se pensar e reconhecer a diversidade humana. Afirma:

É nesse sentido, portanto, que as diferentes crianças devem ser respeitadas nas escolas, devem encontrar espaços de ação, de atuação, de aprendizado e direitos. (...) A pluralidade ou diversidade sociocultural deve ser um bem, e não um empecilho para o desenvolvimento de uma sociedade (CALISSI, 2010, p. 253).

Por isso, é necessário perceber como são formadas e enraizadas as diferenças de gênero, fazendo com que alunos(as) se identifiquem ou se diferenciem de acordo com as características determinadas pela sociedade, ressaltando o papel e o compromisso da escola para desmascarar diferenças e preconceitos.

O mais cedo possível é preciso oferecer um leque amplo de opções para as crianças quanto aos seus interesses educativos e brincadeiras que não tornem as crianças “prisoneiras” de regras e práticas seculares. Convém ressaltar que as práticas escolares cotidianas são estabelecidas de acordo com o padrão de uma sociedade patriarcal conservadora, onde existem distinções de brinquedos e brincadeiras e até das cores que as crianças devem utilizar e se agradar. Padrão este, que as crianças muitas vezes, trazem de casa para a escola, tornando complexo o papel da (do) docente em mediar às práticas de uma educação equitativa e sem distinções de gênero.

Vale ressaltar aqui que as diferenças existem e fazem parte da individualidade de cada criança. Nesse sentido um menino pode demonstrar interesse em brincar de bonecas. Mas, não é obrigatório que um menino brinque de boneca se ele não mostrar vontade de fazê-lo, mas, caso ele tenha a iniciativa, isso deve ser respeitado e estimulado. Afinal, ele também pode optar por ser pai, no futuro, e está apenas imitando a realidade.

Professores (as) devem lembrar que, durante a infância, as crianças ainda estão em processo de formação e que isso inclui seu gênero. Distinguir objetos, cores, roupas como “para meninos” e “para meninas” acaba por gerar uma distorção na compreensão da realidade destas crianças.

Maquiagens e vestidos não precisam ser banidos entre os garotos: é comum usar da fantasia e dos personagens para superar situações reais, assim como usar batom ou esmalte pode ser uma expressão artística. Isso não irá “transformar” a criança em hétero ou homossexual, essa descoberta ela fará no futuro, e isso não estará relacionado aos brinquedos que utilizou quando menor, ou com as pessoas com que se relacionou na infância, nem com as atividades que realizou.

É saudável permitir que ela explore suas alternativas sem julgamento ou repressão, para que sua imaginação e criatividade floresçam e se desenvolvam cada vez mais. Portanto, questionar e transformar tais padrões são um desafio necessário, pois se tratam de condições que geram nas pessoas desconfiança, preconceito, discriminação e muitas limitações e impedimentos que surgem de características equivocadas atribuídas àquelas pessoas que, por exemplo, têm a uma orientação sexual diferente ou gostos diversos...

A liberdade de gênero é o fator preponderante para que se acabem as limitações e os estereótipos nos momentos de socialização entre meninos e meninas, que poderão exercer a prática da sua autonomia enquanto ser social.

2.1. Sobre a diversidade de gênero na Educação Infantil

A concepção de infância passou a existir a partir de circunstâncias sólidas, que ao longo da história foram sendo consolidadas e regulamentadas por leis que, por sua vez passaram a nortear a presença das mesmas no espaço escolar. A institucionalização de uma etapa da educação formal para atendimento das crianças no Brasil acompanhou a trajetória de Educação Infantil no mundo. Nas décadas de 80 e 90 do século XX, aconteceram grandes transformações que marcaram a Educação Infantil, começando por torná-la um direito de todas as crianças. Como nos mostra a Constituição Brasileira de 1988:

(...) o direito de todas as crianças a creche e pré-escola e o dever do Estado de provê-las. O acesso à educação pré-escolar é, pois direito dos cidadãos e cidadãs de 0 à 6 anos, de todas as classes sociais, sendo dever do Estado assegurá-la, para que a educação possa ser verdadeiramente adjetivada como democrática (2001, p. 122).

Esse direito foi reafirmado em 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei 8.069/90 -, que passou a sistematizar e garantir os direitos da infância e adolescência, contribuindo para que a criança passasse ser entendida como sujeito com características e necessidades peculiares.

É importante compreender a educação na infância como resultado do movimento e das transformações histórico, sociais e culturais, até o Século XV a educação das crianças pequenas - vistas como “objeto divino, protegida pela igreja” (OLIVEIRA, 2002, p. 58), com “paparicação” e mimo, e o cuidado era função unicamente familiar, mais especificamente da mãe. Era uma época em que as crianças eram vistas como pequeno adulto.

Portanto, imaginem a revolução no pensar quando no Século XVIII, Jean Jacques Rousseau ao publicar: *Emílio, ou da Educação*, objetiva desconstruir essa afirmação. Na perspectiva de Rousseau, a criança deveria ser entendida a partir de sua própria complexidade, por suas próprias características e o que separava o adulto da criança era a educação. Desse modo, as instituições que antes detinham a “missão” de cuidar, higienizar e nutrir as crianças, algo puramente assistencial, passam a adquirir novas proporções.

Nesse sentido, a educação da criança, passa a ser estimulada na orientação educacional e na realização dos princípios básicos da Igreja Católica, e não mais na estrutura familiar de servir aos adultos. Deste modo, com a influência da igreja, nesse período as

crianças eram consideradas como criaturas de Deus, dotadas de pureza, inocência e bondade, e que precisariam ser vigiadas e corrigidas.

Segundo Andrade (2010), é a partir do século XVIII, com o desenvolvimento do capitalismo, que a criança irá nascer socialmente, mesmo que continue sendo considerada como um ser independente, frágil, ignorante e vazio que precisava ser treinada para ser um cidadão, cabendo à família a responsabilidade de sua socialização. Temos então uma sociedade capitalista, em transição para o urbano/industrial, que passa a atribuir a criança função no mundo do trabalho, deixando a infância de ser considerada um período de transição sem importância.

No século XX, ocorreram novas perspectivas em relação à educação voltadas para as crianças, o que contribuiu para que muitas mudanças acontecessem. Para Sônia Kramer, no caso do Brasil, a ideia de infância moderna universalizada com base em um padrão de crianças médias precisou ser revista. Nesse caso, foi

(...) preciso considerar a diversidade de aspectos sociais, culturais e político no Brasil, as nações indígenas, suas línguas e seus costumes: a escravidão das populações negras; a opressão e a pobreza de expressiva parte da população; o colonialismo e o imperialismo que deixaram marcas diferenciadas no processo de socialização de crianças e adultos. (KRAMER, 2012, p. 197).

Para referendar e estruturar a concepção de Kramer, em 1998 foi lançada no Brasil uma série de documentos oficiais para nortear a Educação Infantil, dentre eles o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998). Este documento trouxe as orientações didáticas e pedagógicas para o trabalho nesse nível de ensino, desde a organização dos espaços, a formação dos/as profissionais aptos a atuarem na área, passando pelas metodologias de trabalho, os conteúdos de ensino, avaliação.

O documento é dividido em três volumes, que trata desde o “conhecimento de mundo” necessário, orientando a construção de diferentes linguagens pelas crianças (matemática, comunicação, espaço, natureza, música). Traz importante contribuição no que diz respeito à construção da identidade, em especial das identidades de gênero.

De acordo com o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 11), “um dos primeiros fatores necessários para o desenvolvimento da identidade e autonomia da criança é ela adquirir confiança em si e sentir-se aceita no grupo”. Nesse sentido, o documento enfatiza a importância da socialização na Educação Infantil, pois promove a interação social,

considerada essencial para a construção da identidade, uma vez que possibilita conhecer a diferença no outro, o que implica também conhecer a si mesmo. O principal argumento do documento é que para construir a identidade e autonomia a criança precisa conhecer o outro para entender o que os torna comum e o que lhes particulariza, sobretudo, a partir da diferença.

Assim sendo, a Educação Infantil é um campo bastante significativo para estudos referentes ao gênero, pois ela consiste em um dos meios de introdução de meninos e meninas no mundo social, no qual a diversidade seja de cultura, classe ou gênero, está presente. O ambiente escolar é responsável por grande parte do processo de identidade de um indivíduo. E a questão da identidade está atrelada ao estudo de gênero e seus contextos.

A diversidade de gênero na escola está relacionada a atender necessidades singulares, analisar possibilidades de aprendizagem e pensar em uma avaliação eficaz que se concretize em medidas que levem em conta as capacidades intelectuais e os conhecimentos que cada criança dispõe independente de qualquer impressão pessoal por parte da professora. Numa educação sexista são reforçados atributos indenitários, masculinos e femininos, que estão intimamente ligados à cultura, como cita Dubar (1997, p.105):

Identidade é resultado de um processo simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições.

Entretanto, o conceito de gênero se baseia na distinção entre sexo e gênero. Sendo assim, o sexo seria um dado biológico e gênero uma questão de molde social/cultural. É preciso desvincular o sexo do gênero para entender as questões culturais que envolvem os comportamentos e características femininas e masculinas nas mais diversas sociedades e culturas. Portanto, “a construção e expressão da masculinidade e da feminilidade são variáveis, de acordo com o momento histórico e situação social, religião, etnia, região e idade” (CARVALHO, p. 59, 2003).

No que concerne à educação, a temática das questões de gênero, vem a contribuir para uma reformulação do processo sociocultural. Visto que, é no ambiente escolar que são reproduzidos valores e condutas que irão refletir na formação da personalidade de cada indivíduo, enquanto ser social.

Desde o nascimento, meninas e meninos são vítimas de construções sociais que irão determinar suas atitudes, gestos, valores e opiniões de acordo com seu sexo. Se for menina

provavelmente vai ser educada para exercer funções domésticas, serão estimulados sentimentos de delicadeza, amor e fragilidade. O menino, por sua vez, para ser o provedor do lar, corajoso e aventureiro. Essa educação só é possível devido a práticas sexistas.

Na fase de desenvolvimento compreendida no período entre de zero a cinco anos a criança se encontra em pleno desenvolvimento de seus valores, opiniões e comportamentos. Através desse mecanismo são legitimadas as diferenças de gênero de forma natural e imperceptível, a sociedade em si contribui de maneira bastante eficaz nesses estereótipos que acabam distanciando meninas e meninos, a família, a escola, a religião, todas possuem uma parcela de responsabilidade.

A educação infantil surge nesse contexto como um campo de pesquisas das relações de gênero bastante significativo, apesar de estudos nessa área ainda serem escassos. Trata-se do primeiro contato da criança com outra instituição, que não é o seu lar. Daí as diversidades de conduta entram em cena. Segundo Calissi:

A escola pode ser tanto um espaço de libertação quanto de prisões e opressões. Cabe aos educadores esta opção. O verdadeiro respeito às diferenças compreende superar preconceitos através da busca de conhecimento, de compreensão do outro, de uma relação de alteridade que represente a dignidade de todos (CALISSI, 2010, p.295).

O cenário atual em que o preconceito de gênero é crescente e violentamente repressor é um cenário um tanto tenso, pois desde o nascimento meninas e meninos são expostos consciente e inconscientemente à construção social determinante. Existe uma prática que dita que meninos e meninas são diferentes não só biologicamente, mas elevam a uma diferenciação psicológica e filosófica, interferindo e impondo em suas preferências e linhas de pensamento, onde cada qual deve seguir e basear seus comportamentos.

Convém ressaltar que as práticas escolares cotidianas são estabelecidas de acordo com o padrão de uma sociedade patriarcal conservadora, onde existem distinções de brinquedos e brincadeiras e até das cores que as crianças devem utilizar e se agradar, e isso pudemos constatar na realização da pesquisa. Padrão este, que as crianças muitas vezes, trazem de casa para a escola, tornando complexo o papel da (do) docente em mediar às práticas de uma educação equitativa, ou seja, que respeite as diferenças com justiça, e sem distinções de gênero.

3 - EDUCANDO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO: OBSERVANDO EXPERIÊNCIAS, REFLETINDO AS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A prática pedagógica, a forma como a escola se encontra organizada e os sujeitos envolvidos no processo educacional em consideração a proposta de educação para a diversidade, em especial a educação para a promoção da igualdade de gênero, consiste em um dos principais campos de estudo na atualidade. Além de discutir, identificar os possíveis obstáculos, necessário se faz apresentar alternativas de superação para o atual modelo – uma demanda indispensável a todo(a) educador(a).

Todavia, antes de adotar uma proposta de educação de meninos e meninas que represente alternativa a que vigora em nossas escolas, é importante discutir a proposta pedagógica que está sendo colocada em prática a fim de compreender o alcance dos valores difundidos que possivelmente se tornarão predominantes nas relações em sociedade. Assim, o objetivo desse estudo era verificar como as ações e práticas relativas à educação de meninos e meninas na etapa da educação infantil repercutiam o conteúdo das questões de gênero. Para tanto, o estudo tomou como campo de observação duas escolas (sendo uma privada e outra pública) com a intenção de observar como se davam estas propostas educacionais, se havia alguma iniciativa abordando diretamente a temática, além de verificar o que as diferenciava.

Por acreditar, como afirma a Mattos (2011), que a própria sala de aula e/ou de sua prática pedagógica pode ser utilizada como no local da pesquisa. O interesse era, a partir da formulação das questões norteadoras, encontrar respostas que contribuíssem para a construção de conhecimento, de modo que os resultados possam (re)adequar as práticas pedagógicas viabilizando o aperfeiçoamento profissional.

A pesquisa é um estudo de caso simples, pois remete ao estudo de uma situação que acontece de forma similar em outras escolas. Este tipo de estudo permite retratar uma dada realidade de forma mais detalhada e que nos revelando situações que podem ser refeitas. Assim, utilizamos uma abordagem de caráter qualitativo orientada por base bibliográfica e documental: observação direta e conversas informais como meio de alcançar os objetivos propostos com maior fidelidade ao observado.

Também fazer parte da metodologia a observação, exposição e discussão dos dados alcançados, análise dos resultados e conclusão. As amostras são: Professoras e crianças. Em Escola particular, localizada no bairro da Liberdade – CG; Escola pública, localizada no

bairro do Jeremias – CG. Como procedimento, temos a observação das turmas trabalhadas, assim como das professoras e suas práticas docentes, em seguida colocar em prática o presente trabalho.

O resultado das informações coletadas nas duas escolas objeto do estudo serão apresentados, e à medida que fomos apresentando, iremos realizando uma discussão sobre os dados coletados. A fim de preservar as identidades das personagens envolvidas (professoras e crianças) optamos pela utilização de nomes fictícios evitando exposições e possíveis constrangimentos.

3.1 - Apresentação dos resultados

Como mencionado anteriormente, nosso objetivo com esse estudo era investigar como se davam as práticas educativas relacionadas às questões de gênero em duas turmas de educação infantil. Partimos da hipótese que a igualdade de gênero é uma compreensão de relação entre pessoas de sexo diferentes que é aprendida, fruto da educação recebida. Nesse sentido, optamos por direcionar nosso olhar para a etapa da educação infantil pela importância desta no processo de formação da criança, fase na qual a mesma estabelecerá em processo inicial todas as relações pessoais e sociais.

A experiência de quase uma década de atuação profissional nos anos iniciais na rede privada de ensino, associada ao conhecimento adquirido no processo de formação docente, provocou o desejo de verificar se as questões relacionadas ao gênero aconteciam de maneira diferenciada na rede pública de educação. Assim surgiu o objeto desse estudo cujo resultado apresentaremos a seguir.

A escola da rede particular de ensino objeto desse estudo foi fundada em 1990, portanto com vinte e oito anos de existência, continua praticamente igual ao princípio, tanto em sua estrutura física (exatamente igual) quanto aos ideais e valores que orientam a sua existência – que em se tratando das questões de gênero deve-se entender: sexista e heteronormativa. Localizada no Bairro da Liberdade, em Campina Grande-PB, a escola de Ensino Infantil e Fundamental atende a crianças de famílias de baixa/média renda do bairro da Liberdade. Possui duas unidades que oferecem do Infantil II ao 9º ano do Ensino Fundamental, sendo que na Unidade I funciona apenas a Educação Infantil – objeto da observação.

A Unidade de Ensino funciona em casa antiga adaptada composta por: 04 salas de aula com tamanhos diferenciados (umas pequenas, outras amplas), 03 banheiros unissex adequados às idades do público usuário, 01 cantina, 01 almoxarifado e a sala da direção. Externamente conta com um pátio em formato de “L” - área coberta, que apesar de ser relativamente pequeno, concentra: parquinho com carrossel de ferro com quatro banquinhos, dois escorregadores, uma estrutura de balanços com quatro cadeiras, uma mesa com jogo de pebolim (totó futebol); em suas laterais mesas e cadeiras; brinquedos diversos (velocípedes, bolas, outros) e no chão está pintando as marcações de um campo de futebol. O espaço atende as necessidades de espaço recreativo, desenvolvendo-se tanto atividades livres como atividades dirigidas.

É importante ressaltar que a estrutura física da “Unidade I” não encontra-se preparada, adequadamente, para receber crianças com algum tipo de deficiência motora. Constatamos a ausência da estrutura de acessibilidade aos espaços (rampas de acesso, portas com aberturas para locomoção de cadeirantes, banheiros adaptados) – em outras palavras: a acessibilidade é mínima para uma criança com deficiência física.

Em compensação conta com acervo de apoio didático pedagógico (jogos, mapas, livros) relativamente bom. Dentre os materiais didático-pedagógicos existentes estão: 01 aparelho de som; 01 Globo; 803 livros didáticos; 122 livros paradidáticos; 01 máquina fotográfica; 10 fantoches; 10 jogos pedagógicos; 15 coleções de apoio; 02 enciclopédias; 15 dicionários; 02 televisões; 02 aparelhos de DVD.

Ao todo, a instituição de ensino reúne nas unidades nesse ano de 2018 um total de 413 (quatrocentos e treze) alunos(as) matriculados(as). Um quadro docente de 17 (dezessete) professores(as), a maioria com a graduação completa e alguns(as) com especialização. Na administração estão 01 diretora e 01 diretor, 01 coordenadora pedagógica, 01 secretária e 03 auxiliares de limpeza.

Sobre o Projeto Político Pedagógico da escola, segundo consta no mesmo, é regulamentado pela Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) - que orienta as escolas para voltarem sua formação às questões problemáticas da sociedade contemporânea, para tanto, se faz necessário pessoas eficientes e transformadoras. Desse modo, a escola deve orientar suas ações/práticas possibilitando a formação de pessoas autônomas com suas identidades ajustadas. Nesse sentido, dizer que o programando (projetos, ações e práticas), diante de nossa observação, apresentaram falhas no que diz respeito à temática específica desse estudo.

Como parte das atividades pedagógicas, a escola realiza alguns eventos a cada bimestre ou quando necessário: conversações/reuniões entre as famílias e a equipe pedagógica, mostra pedagógica, projetos relativos às datas comemorativas, a saber: “Dia das Mães”, “Semana da Criança”, “Dia do Índio”, “Dia da Consciência Negra”, dentre outros. Em linhas gerais, podemos observar que a forma como esses projetos são trabalhados é superficial e cumprindo o que o planejamento anual pede. Em relação ao campo de interesse do nosso estudo, estas atividades não trazem o conteúdo que remete as relações de gênero na escola condizente com as diretrizes e orientações curriculares específicas. Os eventos apenas reproduzem estereótipos, generalizando ideias sobre pessoas e temáticas trabalhadas, apesar da intenção ser boa, muitas vezes não enriquece nem amplia os horizontes das crianças e dos seus familiares.

A outra turma objeto da nossa observação pertence a uma escola da Rede Pública de Ensino, situada no Bairro do Jeremias, também no município de Campina Grande-PB. É uma instituição que além da Educação Infantil, oferece turmas para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – Supletivo. A unidade escolar contava com cerca de 180 alunos, estando distribuídos da seguinte forma:

- a) turno da manhã: 03 turmas do Pré-Escolar II com 15 alunos(as); 01 turma do 4º ano com 17 alunos(as); 01 turma do 5º ano com 27 alunos(as);
- b) turno da tarde: 04 turmas Pré-Escolar I com 18 alunos(as) cada; 01 turma do 1º ano com 25 alunos(as); 01 turma do 2º ano com 27 alunos(as); 01 turma do 3º ano com 28 alunos(as);
- c) turno da noite: funcionam as 02 turmas do EJA, sendo 01 do 1º ciclo com 22 alunos(as) e a outra turma do 2º ciclo com 26 alunos(as) matriculados(as).

A escola tem uma estrutura boa, conta com um grande com pátio coberto e outro descoberto e uma pequena quadra para prática esportiva e recreação das crianças no intervalo. Conta também com uma área verde com plantações de flores e hortaliças a partir de projetos desenvolvidos pelos(as) professores(as) e alunos(as).

Para atender ao público infantil, há um parque de areia com 01 carrossel, 02 gangorras e 02 escorregos. 02 banheiros adaptados para o uso de crianças menores e o mesmo serve aos meninos e as meninas, como também ao uso dos(as) alunos(as) com deficiência ou mobilidade reduzida, nesse caso, 01 banheiro direcionado para meninas/mulheres e outro para meninos/homens.

A escola ainda dispõe de salas de aula com amplo espaço de locomoção, 01 refeitório, 01 sala de informática, 01 biblioteca - que também é usada como sala de leitura. De modo geral, as dependências da escola estão adequadas para atender aos(as) alunos(as) com deficiência motora grave ou mobilidade reduzida, a exemplo de rampas de acesso e piso linear. Disponibiliza merenda escolar para todos(as) os(as) alunos(as) e acesso à Internet.

Em relação ao quadro de pessoal, a escola tem 38 funcionários, sendo: 01 diretora; 01 diretora adjunta; 01 assistente social; 15 professores(as) - todos efetivos(as), alguns(mas) com nível superior completo e com especialização e mestrado; 03 secretárias efetivas, 03 merendeiras sendo 02 efetivas, 05 auxiliares de serviço gerais, sendo 04 efetivos, 04 vigilantes (todos efetivos) - todos esses trabalham apenas um expediente. A carga horária dos(as) professores(as) é de 30 horas/semanais, destas, 20hs dedicadas a escola e 05hs destinadas à formação profissional e 05hs para planejamento em casa.

Em termos de recursos didático-pedagógicos a escola possui: 02 televisores, 03 DVDs, 12 computadores, 03 caixas amplificadoras com microfones, 01 aparelho de som, 01 impressora, 01 projetor multimídia (datashow) e 01 câmera fotográfica/filmadora.

3.2 - Sobre o observado: percepções e constatações

Em se tratando da pesquisa educacional, a observação é uma das etapas mais importantes à medida que permite, a partir do olhar, ver, conhecer, identificar e coletar os dados necessários à compreensão da questão em estudo. Nesse sentido, do ponto vista metodológico, o(a) pesquisador(a) precisa participar da realidade que investiga para acompanhar as situações, observar as práticas e outros aspectos. As informações que serão apresentadas a seguir foram obtidas a partir das observações realizadas nas duas turmas, em distintas escolas.

3.2.1 Sobre o observado na escola privada e na escola pública

No caso da turma da escola privada, no decorrer de 10 dias letivos (duas semanas), entre os dias 31 de julho a 11 de agosto de 2017, no período da tarde as atividades desenvolvidas na turma foram observadas. A escolha da turma do “Infantil V” se deu pelo fato de observar algumas práticas realizadas pela professora da turma, e conseqüentemente

as ações dos (das) alunos (as), onde as relações de gênero se faziam presentes em falas, atividades e brincadeiras. A turma em questão era composta por 23 (vinte e três) crianças com idades entre os 05 (cinco) e os 06 (seis) anos, sendo 12 (doze) meninas e 11 (onze) meninos. É uma turma tranquila, fácil de tratar, à medida que atendem as solicitações e orientações da professora. Não constatamos quadro de alguma criança com algum transtorno neurológico e/ou cognitivo. Na turma, no aspecto étnico-racial, predominam crianças brancas.

A partir de um roteiro elencamos alguns aspectos que deveriam ser observados que nos ajudassem a entender como se davam as ações e práticas desenvolvidas nas duas turmas relacionadas às diferenças de gênero, da acolhida aos conteúdos trabalhados e se estes estavam em acordo com os referenciais específicos.

Em linhas gerais observamos que todos os dias, por volta de 13hs15min a professora dava início a aula. As crianças iam chegando, colocando as bolsas nos cabides presos às paredes, onde estas são decoradas com imagens infantis de ursos, coloridos e divididos entre o feminino e masculino, nos “saquinhos de atividades”, presos em cordão e prendedor na parede, a urso de lacinho era para a menina e o urso sem laço era para o menino. Na parede também se via as letras do alfabeto, assim como os numerais de 0 à 9. Na estante da sala se via caixas com materiais didáticos e potes com os lápis de cada criança da turma, com cores diversificadas e com os ursinhos decorativos.

Após as crianças estarem acomodados(as), a Professora – que de agora em diante passaremos a chamar pelo nome fictício de “Maria” – os saudava com um “boa tarde”. Sentada em seu birô, ia recebendo agendas, os livros e/ou cadernos que as crianças haviam levado para casa no dia anterior. Nesse o momento meninos e meninas sentavam em suas carteiras de forma aleatória, sentados(as) misturados, sem divisões, iam interagindo, conversando e brincando geralmente de massinha de modelar. Consideramos esse formato positivo pois em nenhum momento presenciávamos qualquer forma de divisão orientada pela pertença do sexo: meninos junto aos meninos e meninas junto às meninas. Pelo contrário, pudemos perceber que cada criança possuía o seu “lugar marcado” sem determinação expressa de ser junto ao(a) colega do mesmo sexo.

Após atualizar as agendas e os livros das crianças, a Professora Maria recolhia as massinhas. Em seguida, juntos, cantavam uma canção para iniciar efetivamente a aula: *“Boa tarde começa com alegria! Boa tarde começa com amor! O sol a brilhar! As aves a voar! Boa tarde coleguinha e professora!”*. E todos(as) finalizam com um alto *“Boa tarde!”*.

Chegava à vez das atividades dirigidas. Geralmente a cada dia se via algum conteúdo novo. Numa dessas semanas as atividades desenvolvidas foram relativas às comemorações alusivas a projeto “Semana dos pais”. E nesse caso específico, foi possível observar como a Professora Maria e a escola continuam presas a práticas pedagógicas orientadas por uma compreensão dos universos culturais dicotômico: masculino e feminino. Por exemplo, as “lembrancinhas” destinadas aos pais estavam expressas em desenhos de gravatas, carros, desenhos de super-heróis, provavelmente para relacionar a figura paterna a condição masculina, representada como uma fisicamente forte, parte de um universo “oposto” ao feminino, e que as cores mais utilizadas pelas crianças para pintar seus desenhos eram as cores azul, preta e verde – cores também predominantes nos desenhos presentes no livro didático trabalhado em sala.

Outro aspecto que nos chamou a atenção foi à denominada: “Hora da pintura”. Para realizar as atividades as crianças apresentavam um senso maior de divisão por sexo. Mas, o problema maior identificado foi relativo ao uso das cores com sentido de pertença: crianças reproduzindo de modo retrógrado e limitador a visão equivocada da cor rosa como sendo de uso exclusivo das meninas. O resultado dessa prática era que nas atividades com pintura e desenho, alguns meninos se recusavam a usar a cor rosa. Observamos que a Professora não entrevistou para modificar tal atitude ou apenas refletir e questionar sobre.

O recomendado seria que a mesma tentasse promover uma conversa saber o porquê dessa “regra” que estabelece quem pode ou não usar determinada cor de lápis de pintura, de roupa. Seria uma boa ocasião para discutir o significado cultural do uso das cores, mostrar o que se pode interpretar a partir de uma cor. Nesse caso a cor rosa a suposta condição da menina de frágil, sensível, singela, amorosa, romântica, ingênua, pura, suave, terna,... Sendo que esse tipo de garota não cabe mais no tempo de hoje.

Outra atividade realizada pela Professora Maria eram as “rodas de conversa”. Uma pausa nas atividades didático-pedagógicas para promover um momento mais informal de conversa, de partilha. A conversa entre a Professora e as crianças iniciava com a demonstração de interesse em saber sobre o dia a dia e/ou as necessidades de cada criança. Nesse momento, notamos que basicamente a maioria das meninas falam mais baixo, são mais contidas, apenas conversam bastante entre si; enquanto alguns meninos gritam, são mais expansivos, dão empurrões e demonstram agressividade desde quando são contrariados – atitudes recorrentes até na hora de brincar.

Em relação a esse comportamento agressivo, a Professora chamava a atenção com frequência e imediatamente punha a criança com mau comportamento de “repouso”: sentado numa cadeira ao seu lado na hora do recreio, que dura meia hora - 15min no pátio e 15 min no parque.

E foi na hora do recreio que observamos, de forma intensa, a separação entre meninos e meninas: brinquedo, brincadeiras e jogos. Mesmo que aconteçam em alguns momentos de meninos e meninas brincarem juntos – processo que Auad (2012) denomina como “jogo mistura-separação”.

A separação para o recreio começa com a organização para saída ao pátio: a fila das meninas e a fila dos meninos - modelo de fila estabelecida pela professora. A primeira parada é para lavar as mãos, seguida da parada para lanche. Concluída esta etapa, as crianças eram autorizadas a brincar.

A partir desse momento acontece o que a pedagoga a Daniela Auad define como:

Atividades exclusivas de meninas.

Atividades exclusiva de meninos.

Atividades mistas (com meninas e meninos) sem predominante reforço de desigualdade entre masculino e feminino.

Atividades mistas (com meninas e meninos) com claro reforço de desigualdade entre o masculino e o feminino (AUAD, 2012, p. 46).

No decorrer da observação identificamos alguns desses tipos de atividades recreativas, a saber: os meninos brincam de futebol, de correr pelo pátio, ocupando maior espaço no pátio que as meninas, com armas imaginárias, lutas, bonecos como robôs ou super-heróis com feições agressivas. E as meninas, que quase sempre brincavam sentadas, reunidas em grupos colocavam sobre as mesas do pátio suas bonecas com seus vestidos brilhantes de princesas, ursinhos com cores claras, maquiagens para crianças ou um inofensivo joguinho de memória. Esse cenário confirma o que Daniela Auad em seus estudos afirma:

Os jogos e as brincadeiras dos quais participam a maioria de meninas e meninos, no pátio, também são expressivos. Eles podem revelar como as relações de gênero entre as crianças vão sendo construídas e, ao mesmo tempo, fabricam meninas, meninos, homens e mulheres. (AUAD, 2012, p. 46)

As atividades no pátio acontecem sem orientação, com os meninos ocupando livremente praticamente todo o espaço e as meninas em suas brincadeiras, tranquilas em espaços reservados. Inclusive na lógica da Professora Maria, é assim que deve ser: as meninas devem ficar só com as bonecas. Em uma ocasião observamos uma situação ilustrativa dessa concepção. Em dado momento, um dos meninos pegou uma boneca para participar da brincadeira que ele e outros colegas estavam brincando, a Professora Maria ficou incomodada ao ponto de pedir ao mesmo para devolver a boneca à menina dona da boneca: “*Mario, pra quê tu tá com essa boneca? Devolve pra Carla!*”¹

Acreditamos que essas e outras situações relativas às diferenças de tratamento de gênero, poderiam ser trabalhadas o mais cedo possível. Orientar as crianças para que a partir das brincadeiras pudessem perceber as diferenças de forma respeitosa, contribuindo para a desconstrução dos equívocos criados pela sociedade ao longo dos séculos, que estabeleceu por exemplo, ser dos homens os espaços abertos, fora de casa pois num passado remoto cabia aos mesmos as funções de cuidar e prover suas famílias. Esse tempo ficou para trás, assim torna-se preocupante observar que nas escolas as ações e práticas ainda possam contribuir para reproduzir relações de poder ultrapassadas. É responsabilidade da escola pensar estratégias para transformar esta realidade, esta deveria ser uma das grandes funções de educadores.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educando em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outridade” do “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu (FREIRE, 1998, p. 46).

Portanto, professores(as) devem reconhecer-se como sujeitos histórico-culturais, co-responsáveis pela construção de um novo tempo, melhor e mais igualitário. Nesse sentido, não podem colocar seus/suas alunos(as) frente a situações reprodutoras de uma realidade que a humanidade luta para transformar.

É importante que na escola as crianças aprendam que suas características de comportamento, atitude são produtos culturais. É fundamental romper a naturalização de formas de ser construídas na nossa sociedade ao longo dos tempos, ensinar que as diferenças

¹ Os nomes utilizados para referir-se aos(as) alunos são fictícios.

entre meninas e meninos não são naturais. Mas, infelizmente, observamos que na escola ainda se ensina que meiguice é atitude de menina, contrastante da agitação e expansividade dos meninos e essas características, por sua vez, não podem ser invertidas. Razão pela qual a escola continua a investir em práticas que “podam” as atitudes de algumas meninas evitando que estas se manifestem de forma mais barulhenta, espalhafatosa ou apresentem-se desarrumadas.

Portando é possível entender porque algumas garotas que preferem estar na companhia dos meninos, para brincar ou conversar, são duramente reprimidas: “*Lavinia, te ajeita!*”, e em tom mais baixo conclui: “*Parece um menino!*”. Sobre este episódio, Auad, em sua pesquisa, acrescenta que,

No caso da escola brasileira estudada, as características tradicionalmente consagradas como femininas e masculinas, eram utilizadas para obter disciplina. Um exemplo disso são as comuns e rotineiras situações nas quais as professoras pediam para as meninas fazerem mais silêncio e, que assim, ajudarem na ordem da sala. (AUAD, 2012, p. 31).

Alguns destes simbolismos sexuais apontados são investigados pela pedagoga-pesquisadora Kátia Benevides Campos. Em seus estudos ressalta que a atribuição dos papéis e funções sócias relativos “(...) a questão de gênero se traduz em uma questão política, uma vez que, culturalmente, a distinção biológica entre os sexos acarretou a produção da diferença entre homens e mulheres. O dito “diferente” foi atribuído ao gênero feminino” (CAMPOS, 2009, p. 28).

Os últimos momentos do dia letivo era destinado às cantigas de rodas, como: “Samba Lêlê”, “Caranguejo não é peixe, caranguejo peixe é!”, “Cabeça, ombro, joelho e pé!” e outras. Todas as crianças participavam cantando e dançando à vontade, sem qualquer tipo de retaliação ou reprovações por parte da Professora ou de outros colegas. Foi curioso perceber, a reprodução das clássicas cantigas de rodas como: “Mamãe é uma roseira que o papai colheu; Eu sou o botãozinho, que a roseira deu [...]”; “[...] a mulher do sapo, deve estar lá dentro, fazendo rendinha, para o casamento”; “Pombinha Branca, o que está fazendo? Lavando louça pro casamento! A louça é muita, eu sou vagarosa. Minha natureza é de preguiçosa”! A reprodução de uma sociedade onde a figura feminina é associada à preguiça, ao trabalho doméstico e à realização do casamento, são retratadas nas músicas cantadas nas escolas pelas crianças até hoje, como algo natural e relativamente normal.

Além da música, os contos infantis de temas diversos, a exemplo de: “Chapeuzinho vermelho”, “Os pingos!”, “Cinderela”, “Há lugar para todos!”, dentre outros, são excelentes recursos que possibilitam a inserção de discussões sobre as diversidades, o respeito às diferenças e a necessidade de inclusão de pessoas. E, nos momentos destinados à leitura, observamos que a Professora quando tratava da discussão do conto lido enfatizava a questão do respeito, seja por pessoa ou animais, como fundamental para o convívio.

Às 17hs, as aulas acabavam e cada criança sentada em sua carteira, esperava o toque da sirene. Após o toque, alguns familiares entravam, a pedido da professora, para dialogarem geralmente sobre o comportamento da criança durante a tarde de aula. Notamos que essas conversas eram tidas, em sua grande maioria, com familiares dos meninos.

Como dito anteriormente, a proposta era observar se na escola pública também se repetia o mesmo quadro. Para estruturação do presente trabalho consideramos importante observar a realidade da escola pública, tendo em vista que dedicar atenção ao conhecimento dessa realidade a fim de contribuir para sua melhoria é praticamente um dever para todos(as) os(as) estudantes de universidades públicas.

Orientadas por uma suposta diferença entre o fazer da escola pública em relação à privada, partimos para o campo de estudo. Mas, de antemão afirmar: não encontramos grandes e significativas diferenças de uma escola em relação à outra nas ações e práticas relativas ao trato da educação de meninos e meninas, porém ressaltando que na escola pública, destacamos alguns pontos considerados positivos na questão da quebra de estereótipos envolvendo meninas e meninos, e maior intervenção da Professora nas práticas relacionadas a gênero e a educação.

A turma selecionada (aleatoriamente) para a observação era do “Pré-II”, composta por 28 (vinte e oito) crianças na faixa etária dos 05 (cinco) aos 06 (seis) anos, sendo 16 (dezesesseis) meninos e 12 (doze) meninas. Trata-se de uma turma tranquila, que interage bem com a Professora, atendendo às solicitações e orientações da mesma. Na turma, predomina crianças pardas e 01 criança identificada com TDAH - Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, onde a mesma necessita da atenção especial por parte da Professora além de fazer acompanhamento extraclasse, fornecido pela própria instituição, devido à dificuldade de atenção, hiperatividade e impulsividade.

Na escola pública seguimos o mesmo roteiro para observação. Durante 10 (dez) dias letivos (duas semanas), entre os dias 09 de julho a 20 de julho de 2018, no período da manhã, frequentamos uma escola no Bairro do Jeremias.

O dia de aula começava por volta de 07hs30min, com a acolhida. As crianças iam chegando e sendo recepcionados pela gestora adjunta. Com todos(as) as crianças presentes e divididas em fileiras por pertença de turma, fazia-se uma oração de orientação cristã (católica) – ocasião que pudemos destacar como insatisfatória para algumas mães presentes, estas não participavam da oração e pareciam não concordar com aquele momento. Inclusive esse momento de oração contraria o que está constitucionalmente estabelecido para nossa educação pública: ensino laico.

Após a oração cada turma era dirigida a sua respectiva sala, ampla e com decorações não sexistas, como vimos na outra instituição, onde as professoras as esperam na porta. As aulas eram iniciadas com a explicação de algum conteúdo, seguida de alguma atividade dirigida sobre o conteúdo recém-trabalhado. A Professora, a qual chamaremos pelo nome fictício de Neide, observava e orientava a realização das atividades de cada criança, indo nas mesas quadradas coletivas. As mesas, geralmente, eram ocupadas por 04 crianças, sem separação de meninos ou meninas, todas misturadas.

Dentre as atividades realizadas na sala de aula, estavam às atividades ditas “livre”, geralmente atividades de desenhos e pinturas. Observamos que frequentemente aconteceu das crianças escolherem suas imagens e cores para pintar suas atividades sem interferência da Professora. Essas imagens eram de personagens de histórias e contos infantis. Algumas meninas rejeitavam a imagem do Superman alegando ser para os meninos. Neste momento a Professora me informou: *“No dia do soldado é uma briga pra elas pintarem, só que eu explico que não existe isso de desenho para menina e desenho para menino!”*. Considerando o visto e o informado pela Professora é possível verificar que nesse aspecto existe diferença sim na prática das duas professoras e, positivamente para a Professora Neide.

Na sequência, às 09hs, as crianças se dirigiam para o refeitório para merendar. Concluído o lanche, corriam para o pátio ou parque. Neste momento, todas as professoras vão para a “sala dos professores”, sendo que duas delas voltam para acompanhar as crianças no recreio. As professoras se revezam durante a semana no acompanhamento das crianças na hora do recreio.

Curiosamente, no recreio, notamos que o vigia da escola era o responsável pela distribuição das bolas que serão entregues as turmas. Ao mesmo também cabia o papel de definir de que forma as crianças iriam brincar. O que vimos foi: um dia a bola ficava com os meninos e no outro dia com as meninas, apenas na sexta-feira os meninos e as meninas

brincavam juntos(as), todavia formavam times só com meninos para jogarem contra times formados só por meninas. O formato também repete o mesmo padrão apresentado por Daniela Auad: atividades exclusivas de meninas, atividades exclusiva de meninos, atividades mistas com supremacia dos meninos.

E, assim como na escola privada, os espaços de brincar e as brincadeiras das crianças não eram orientadas (associativas) para que pudessem perceber as diferenças de forma respeitosa, contribuindo para a desconstrução dos equívocos sobre as desigualdades entre meninos e meninas. Por exemplo, era o vigia o responsável por orientar as crianças durante as brincadeiras no recreio, continuamente alertava sobre o cuidado no jogo de futebol: “Ó, não é pra bater com força nas meninas não, viu? Seus caba!”.

O alerta que chamava atenção para a fragilidade das meninas, reproduz uma visão cultural que atribui esta característica apenas ao sexo feminino.

Além da fragilidade, outras características que remetem a inferiorização são atribuídas as meninas, como podemos verificar no quadro abaixo:.

QUADRO COMPARATIVO

“O QUE TRADICIONALMENTE ESPERAR DE MENINOS E MENINAS”

<i>Meninos</i>	<i>Meninas</i>
<i>Dinâmicos, barulhentos e agressivos.</i>	<i>Apáticas, tranquilas, dóceis e servis.</i>
<i>Indisciplinados e desobedientes.</i>	<i>Disciplinadas e obedientes.</i>
<i>Negligentes; não são aplicados.</i>	<i>Metódicas e cuidadosas; são perseverantes.</i>
<i>Escrevem devagar, são desarrumados e sujos.</i>	<i>Arrumadas, conservam-se limpinhas e asseadas.</i>
<i>Autônomos, não dependem, com constância, de afeto, aprovação e auxílio.</i>	<i>Dependentes do conceito da Professora, pedem aprovação e ajuda com frequência.</i>
<i>Seguros; não choram com facilidade.</i>	<i>Choronas e emotivas.</i>
<i>Solidários com outros do mesmo sexo e com aguçado senso de amizade.</i>	<i>Fracas de caráter e pouco solidárias com as colegas.</i>

FONTE: Daniela Auad, citando Elena Belotti, 2012, p. 40.

Esse quadro demonstrativo, utilizado por Daniela Auad (2012) - elaborado pela pesquisadora italiana Elena Belotti nos anos de 1970 – foi utilizado para um estudo que trata sobre o “descondicionamento da mulher” da sua condição de submissa a partir do processo de “educar meninos e meninas” no espaço escolar. As descrições do quadro acima foram

mencionadas como características tradicionais em meninos e meninas, o que não representa estranhamento, mas nos surpreende: como um estudo realizado a mais de 40 anos continua válido. Se o quadro acima, de forma espantosa, retrata quase que fielmente as percepções nas escolas observadas (rede particular e rede pública) sobre as características das crianças, isto significa que nada foi feito para mudar as nossas conservadoras escolas.

Na verdade, os estudos de Belotti nos ajuda a perceber como as ações e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas nossas escolas continuam a educar as meninas para a submissão, sempre em contraposição a uma visão de um padrão do masculino de suposta superioridade coibindo nos meninos as manifestações de fragilidade e afetividade. Por exemplo, foi possível observar nas duas instituições que as relações de carinho e amizade entre as meninas são mais permissíveis. Entre elas se permitem ter relações de carinho, em alguns casos, são até estimuladas. Não se causa estranheza vê-las trocando afagos, passeando de mãos dadas, beijando o rosto. Essas manifestações nos apontam que a feminilidade delas está sendo garantida, pois como se sabe, espera-se que elas se mantenham longe das reações agressivas, agitadas, do contrário, se observar esse mesmo comportamento entre os meninos, será considerado um “afastamento” da matriz heterossexual masculina, e rapidamente são chamados atenção.

3.2.2 - O que concluir sobre o observado

Sabemos que as relações de gênero referem-se às relações sociais, muitas vezes, de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças biológicas, como no dizer de Kátia Benevides Campos (2009, p. 16): “entendemos as relações de gênero como uma construção histórica, que, por muito tempo, inscreveu no corpo biológico práticas culturais, construindo identidades socioculturais”.

Infelizmente o tipo de relação entre os sexos socialmente determinado sempre foi orientado pelo viés da desigualdade. Assim, antes mesmo da criança entrar na escola é comum chegar ao espaço escolar trazendo pré-noções preconceituosas que, na escola serão alimentadas a partir da disciplina e dos conteúdos conservadores que passarão a orientar a conduta das crianças segundo suas diferenças de sexo/gênero. As visões de que um sexo é superior ao outro, ajudará na construção das identidades das meninas e dos meninos.

A criança irá reproduzir o que na escola aprende sobre as diferenças, reflexo dos padrões culturalmente criados e vivenciados na sociedade. Os padrões instituídos sobre o

que é ser meninas/mulheres e meninos/homens, via de regra são denominadas por ideias, valores e representações de gênero vezes sexistas, separatistas. Dessa maneira, o ambiente escolar tem desenvolvido suas atividades - desde os seus primeiros anos, leia-se, na Educação Infantil – reproduzindo padrões fixos e ultrapassados daquilo que é “próprio” para o feminino bem como para o masculino, como se as regras que muitas vezes reproduzimos, fossem tidas como um comportamento natural do ser humano.

Deste modo, uma vez que o termo gênero simboliza o aspecto social das relações entre os sexos, sendo gênero, um conceito distinto do conceito biológico do sexo. A escola assume um papel fundamental na desmistificação destas diferenças, além de ser um importante instrumento na construção de valores e atitudes, que permitam um olhar mais crítico e reflexivo sobre as identidades de gênero, ao invés de ser um lugar de práticas de desigualdades e de produção de preconceitos e discriminações.

Por isso, é necessário perceber como são formadas e enraizadas as diferenças de gênero, que fazem com que crianças se identifiquem ou se diferenciem de acordo com as características determinadas pela sociedade, ressaltando o papel e o compromisso da escola para desmascarar diferenças e preconceitos.

As duas escolas observadas em seu cotidiano ora reproduzem, ora repulsam o modelo conservador de educar meninos e meninas. Na maior parte das vezes, nas duas escolas as brincadeiras, os brinquedos, as atividades, as conversas, os livros didáticos, ... ainda continuam sendo instrumentos que orientam o comportamento das crianças, reguladores das normas de gênero.

Ao comparar as duas realidades, entendemos que a regra continua delimitando os espaços de meninos e meninas dentro e fora da escola. Nesse viés, o posicionamento adotado pelas professoras de ambas as instituições é de silenciamento e de compactuação, perpetuando essa diferenciação entre ambos os gêneros.

Fica claro que as crianças crescem para se tornar aquilo que se espera delas, e agarram-se a esses rótulos como um modelo a ser seguido. Por isso, reforçamos a importância fundamental de educar para o reconhecimento e respeito às diferenças de gênero.

Não por acaso, conforme afirma Louro, no espaço da educação escolar,

Os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das

preocupações de um currículos ou de uma educação que se pretenda para maioria (LOURO, 1997, p. 27).

É notório que as professoras observadas apresentam, de forma perceptível, insuficiência de qualificação para interferir com essas questões. São posicionamentos vagos, com interferências mínimas e negativas, em alguns momentos, acerca das relações de gênero apresentam o silenciamento como à saída. Pudemos notar que nas duas escolas observadas, nem mesmo se abre espaço para discussões sobre os fatos existentes no cotidiano que contribuem para a inferiorizar a menina/mulher.

Assim, não podemos perder de vista que ações centradas unicamente em nossas boas intenções pedagógicas costumam contribuir para reproduzir o quadro de opressão contra a qual nos deparamos. Dessa maneira, colocamos nossas boas intenções e nossa confiança em uma educação a serviço de um sistema sexista.

Diante do que foi mencionado, acreditamos que na esfera pública, por minimamente que seja, existe uma “autonomia” maior para a dissociação da relação entre gênero e sexualidade, visto que nas práticas observadas, a professora têm mais autonomia e livre acesso na educação escolar das crianças, o que nem sempre são aproveitadas tais oportunidades. Ao contrário da professora da escola particular, onde as crianças são de sua responsabilidade, quanto ao desenvolvimento cognitivo, já quanto ao seu desenvolvimento de caráter sociocultural, a professora possui um papel de vigiar e repreender apenas, já que a participação familiar na esfera privada é mais presente, no sentido de cobrar dos profissionais da escola, aquilo que eles querem que seus filhos e filhas façam ou o que eles esperam que sejam, podendo assim, a atuação livre da professora.

Em nossa visão, as propostas pedagógicas no município, quando se referem às relações de gênero, pouco são discutidas, assim como, projetos organizados em torno dessa temática, desta forma, não valorizam a sua necessidade, mesmo diante de tantas produções teóricas acumuladas na área de Educação e indicações de abordagem do tema constantes nos documentos da Educação Infantil. Isto pode indicar que realmente o caminho para que discussões sobre os reflexos das questões de gênero na Educação Infantil ainda têm de se aprofundar, já que se observa uma falta de segurança que tange à questão de gênero e sexualidade.

O que torna a situação ainda mais preocupante é quando a escola que ao invés de libertar, transformar, ela reproduz, retalha, restringe o mundo daquelas crianças que estão ali inseridas.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA CONCLUIR A DISCUSSÃO

Em virtude dos fatos mencionados, entende-se que o estudo ratifica a escola como instância reprodutora das diferenças de gênero, mas, também, como um espaço transformador destas relações, na busca de superar a educação sexista ainda presente nas escolas. Por outro lado, mesmo com os impasses e problemas vivenciados na escola, como a segregação das crianças durante as suas atividades recreativas, devido às brincadeiras voltadas para cada sexo, e a imposição de determinadas cores e modo de se portar no ambiente escolar de acordo com o sexo de cada criança, configura-se as mesmas como um retrocesso, um retorno a uma prática que não permite superar o sexismo.

Destacando os objetivos propostos inicialmente no presente trabalho, identificamos e mencionamos alguns conceitos relacionados ao gênero nas práticas educativas nas duas instituições de nosso campo, em caráter comparativo e destacamos poucas diferenças, porém existentes, onde na instituição pública, às práticas sexistas são mais combatidas por parte da Professora.

Observar a postura das duas Professoras analisadas, também foi um objetivo proposto no trabalho, onde frisamos uma postura de silenciamento e contentamento diante das reproduções e práticas educativas monótonas, sem uma perspectiva de mudança, que por muitas vezes, segregam meninas e meninos, ditando regras arcaicas, que acabam por prejudicar seu desenvolvimento.

Elencamos algumas questões relacionadas à discriminação de gênero e preconceito, refletindo sobre a igualdade e como certos padrões de comportamento impostos refletem nas escolas observadas. Mais um objetivo desenvolvido nas pesquisas, que trazem como conclusões, que as crianças incorporam as noções do que é considerado certo e errado no que diz respeito ao comportamento esperado de cada gênero, seja na esfera particular, ou na esfera pública de ensino. Na Educação Infantil, principalmente, sabemos que é o momento onde as crianças mais reproduzem as ações de adultos.

Ressaltamos, portanto, a importância da discussão da temática no âmbito das políticas públicas voltadas para a formação docente, visto que são os/as professores/as os/as desencadeadores deste debate nas escolas. Assim, será possível transpor a educação exercida nas escolas na busca de construir uma educação não sexista, em que meninos e meninas sejam educados/as como seres humanos, como um todo, assumindo suas características afetivas, sensoriais e cognitivas, independente do sexo.

Acreditamos que como objetivo principal, conseguimos analisar como se dão às relações de gênero na prática educativa, em especial, na Educação Infantil, onde todas as relações pessoais e sociais estão em processo inicial.

Visto que, cabe à escola como uma agência do conhecimento e principalmente aos (as) educadores (as) buscarem uma forma para auxiliar no processo de educação pelo conhecimento escolar, encontrarem uma nova forma de construção para um ponto de auto referência, por meio de reflexões críticas das diferenças e das igualdades humanas e suas devidas importâncias na formação da personalidade, do caráter e na parte integral do indivíduo e cidadão.

Temos claro que a discussão sobre a educação não sexista a partir da prática docente, demandará muitas outras considerações além destas aqui apontadas, dada a limitação decorrente da natureza do presente artigo. Entretanto, consideramos de suma importância dar visibilidade a este processo lento, porém desafiador que se estabelece no cenário educativo atual.

A aprendizagem é fruto da história de cada sujeito e das relações que ele consegue estabelecer com o conhecimento ao longo da vida. Igualdade entre meninos e meninas hoje, igualdade entre homens e mulheres amanhã.

5. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Lucimary Barnabé Pedrosa. **Tecendo os fios da Infância**. São Paulo: Unesp, 2010.
- AUAD, Daniela. **Educar Meninas e Meninos**. Ed. Contexto. 2ª edição. São Paulo, 2012.
- BELOTTI, Elena Gianini. **O Descondicionamento da Mulher: educar para a submissão**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos. Apresentação dos temas transversais**. Brasília: MECSEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural: orientação sexual**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP e A, 2000.
- BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC / SEF, 1998. 3v.
- CALISSI, Luciana. **Diversidade Sociocultural**. RCEF: 2010.
- CAMPOS, Kátia Patrícia Benevides. **Relações de Gênero no Cotidiano Escolar**. EDUFMG. 1ª edição. Campina Grande, 2009.
- CARVALHO, Marília Gomes. **Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba – 2009.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Porto: Ed. Porto – 1997.
- FELIPPE, Jane; BELLO, Alexandre Toaldo. **Construção de comportamentos homofóbicos no cotidiano da educação infantil**. Brasília: Unesco, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- KRAMER, Sônia. **A Infância e sua Singularidade**. São Paulo: Autêntica/CEALE, 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade, Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MATOS, Carmem Lúcia Guimarães; CASTRO, Paula de Almeida. **Etnografia e Educação – Conceitos e usos**. Campina Grande: Eduepb, 2011. (Serie Educação e Pesquisa).
- MINAYO, M. C. S. & SANCHES. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Rio de Janeiro, 9 (3), 1993.p. 239-262.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Docência em formação Educação Infantil:**

Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1995.

PARAÍBA. Diversidade sociocultural. **In: Referências Curriculares do Ensino Fundamental**. 1. Ed. João Pessoa: SEC/Grafset, 2010. p. 248-322.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.